

ATA NÚMERO 167/XII (3.ª)

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2014, pelas 17 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição dos sindicatos representativos dos trabalhadores da RTP, no âmbito da discussão, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

—

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença dos representantes dos sindicatos da RTP, Paulo Mendes (SINTTAV), Osvaldo Simões (STT) e César Mendes (SMAV), e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Senhor Paulo Mendes fez uma intervenção inicial, em que referiu que a palavra-chave em todo o debate sobre o serviço público de televisão tinha a ver com o défice financeiro e de pensamento da RTP e com um excesso de experimentalismo existente na empresa; que as três propostas de lei apresentadas pelo Governo em nada podiam contribuir para resolver os problemas existentes; que o verdadeiro problema da RTP tinha a ver com a definição de objetivos e com os sucessivos ziguezagues das várias tutelas que passaram pela empresa; que não existia um entendimento quanto à adequação dos meios à obrigatoriedade de serviços que sistematicamente são afetos à RTP; que o Governo tinha optado por um modelo de financiamento insuficiente.

Mais adiantou que o objetivo fundamental das alterações legislativas propostas tinha sobretudo a ver com a criação de mais um organismo, o Conselho Geral Independente, invocando como justificação o esbatimento da excessiva intervenção governamental na gestão da RTP, o que para os sindicatos nunca esteve em causa, já que o verdadeiro problema da RTP foi — e é! — a falta de definição entre os partidos que ocuparam a sua governação acerca daquilo que se queria para a empresa e quais as necessidades financeiras; que o CGI vai criar um novo patamar de decisão de tal forma difuso que não se compreende exatamente o que vai fazer; que o problema não era o de uma oposição clara e direta contra o CGI, mas que a sua existência não vai resolver o

problema do subfinanciamento do serviço público; que os sindicatos já «salvaram» duas vezes a RTP da falência técnica, mas que neste momento a situação é muito mais complicada, porque os dois setores mais sacrificados e esmagados dentro da empresa foram exatamente o da produção e o da manutenção; que o problema só poderá ser resolvido através do contrato de concessão; que os sindicatos se opunham ao estrangulamento da rádio e da televisão públicas, e lamentam que o Governo tenha optado por iniciativas de externalização de diversas partes da RTP, nas áreas da manutenção e da produção, que são fulcrais para a prestação de um serviço público de qualidade; que os problemas laborais são causados pelo subfinanciamento crónico de que a RTP sofre e que não é resolúvel pela via sindical, uma vez que as verbas são muito elevadas.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) e Lídia Bulcão (PSD).

O Senhor Deputado Agostinho Santa (PS) debruçou-se sobre os riscos de governamentalização, de partidarização e de instrumentalização da RTP; o modelo de governação, e a transparência e independência trazida pelo CGI e a forma como é constituído; a sobreposição de competências entre os diferentes órgãos; a independência e transparência do serviço público de televisão e a falta de autonomia editorial, as direções de informação e de programação e os conteúdos; os mecanismos necessários para salvaguardar essa transparência e independência; a externalização de serviços e a produção interna; a possibilidade de ser feita uma informação de proximidade; e reestruturação dos centros de produção regionais e das delegações..

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) colocou questões sobre a criação do CGI e a tentativa de desgovernamentalização da empresa e a necessidade de uma governança estável para aproximar a RTP dos portugueses; a prestação de contas do CGI ao Parlamento; a RTP como reguladora da qualidade do mercado audiovisual; a atribuição da RTP2 ao Centro de Produção do Norte, com uma direção independente, autonomia editorial, de programação e de produção; e o novo rumo da RTP Internacional.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) debruçou-se sobre o desmantelamento do serviço público de rádio e televisão e a alteração do modelo de financiamento; o definhamento da RTP e o ataque aos seus trabalhadores; a fragilização das relações de trabalho e as rescisões amigáveis; a externalização dos meios de produção e de manutenção; os meios obsoletos da rádio e da televisão; a criação e nomeação do CGI; a conflitualidade entre os diferentes órgãos; a coesão

territorial e o definhamento das delegações regionais; o novo contrato de concessão do serviço público e rádio e de televisão e a redução para serviços mínimos e a produção própria.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) referiu-se à missão da RTP; perguntou se o CGI pode ou não ser reformável e se pode ser um regulador dos excessos do Conselho de Administração; as expectativas quanto ao modelo de governança da empresa; o contrato de concessão; o processo interno de chantagem sobre os trabalhadores e o inadiável despedimento coletivo; o projeto para os Centros de Produção dos Açores e da Madeira, a CAV como forma de sustentar a RTP Internacional.

A Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD) abordou questões acerca da governança proposta para a empresa; o papel que vão ocupar as novas plataformas e os conteúdos digitais; o papel da rádio; a externalização da produção e da manutenção, sectores mais esmagados ao logo de todo este processo; a produção externa e a prestação de um serviço público de qualidade.

O Senhor Paulo Mendes respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que os riscos de governamentalização já foram esbatidos, que existia uma série e mecanismos de fiscalização e que a RTP hoje é das empresas mais fiscalizadas do País; que em relação a uma possível intervenção nos órgãos de comunicação social, um dos maiores riscos é o da precariedade laboral, mais do que a autonomia editorial; que a nomeação do CGI era um pouco estranha, não se percebendo como poderá ser um garante da independência, não tendo sequer qualquer atribuição a nível da fiscalização dos riscos de governamentalização da empresa; que em relação à autonomia editorial existem órgãos específicos para garanti-la (tal como a ERC) e normas específicas para esse efeito; que não se pode resolver o problema de financiamento da RTP através da governação

Mais adiantou que a RTP estava a afastar muitos dos seus trabalhadores competentes, que custaram muito dinheiro a formar, recorrendo, ao mesmo tempo, a serviços externos para fazer a sua própria produção; que a RTP estava a transformar-se numa espécie de «Secretaria de Estado do audiovisual externo»; que as sucessivas opções tomadas pela tutela causaram mais problemas do que aqueles que resolveram; que houve uma quebra da qualidade do serviço e das audiências; que o modelo defendido pelos sindicatos não era este; questionou no sentido de saber, se se corta tudo, incluindo a reputação dos seus trabalhadores, e se se compra tudo, como é que a RTP poderá ser um regulador da qualidade do mercado; disse que a RTP estava mais preocupada em

ganhar publicidade para o Mundial do que em produzir programas, e que o serviço público não podia estar dependente da angariação de publicidade.

Ainda acrescentou que, saber se o CGI é ou não reformável, é um problema que, pela sua natureza, estava desde logo imbuído num erro, já que aquilo de que a RTP precisava era não de mais independência mas, sim, de um projeto; que se torna necessário manter no contrato de concessão a produção interna da RTP e até fazer o seu reforço urgente; que não se pode passar para este modelo de financiamento sem o Estado assumir aquilo que são as suas obrigações de serviços que atribuiu à RTP e que não cabem no conceito da CAV; que o Conselho de Administração necessita de financiamento, mas o Governo não lho concede; que não é possível fazer bem um serviço público de qualidade só com produção externa, com a externalização dos serviços; que a CAV nunca teve como objetivo pagar os serviços acessórios que foram sendo sucessivamente atirados para a RTP, como, por exemplo, as antenas internacionais; que a rádio era um exemplo acabado daquilo que deve ser o serviço público de qualidade.

Para concluir, referiu que ia entregar ao Senhor Presidente da Comissão o parecer elaborado pelos sindicatos representativos da RTP acerca das três iniciativas legislativas em apreciação e que pode ser consultado [aqui](#).

Na segunda ronda de intervenções usaram a palavra os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) e Lídia Bulcão (PSD).

O Senhor Paulo Mendes respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Senhor Paulo Mendes interveio de novo para lhes dar resposta.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou eram 19 horas.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
João Portugal
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
João Figueiredo
João Lobo
Jorge Rodrigues Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Paulo Almeida
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Jacinto Serrão

Mónica Ferro

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 16/07/2014.